

Tópicos em Conservação Preventiva-3

Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios

Yacy-Ara Froner e Luiz Antônio Cruz Souza



BELO HORIZONTE
ESCOLA DE BELAS ARTES – UFMG
2008

Copyright © LACICOR–EBA–UFMG, 2008

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

Escola de Belas Artes – EBA

Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis – CECOR

Laboratório de Ciência da Conservação – LACICOR

Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha – CEP: 31270-901 – Belo Horizonte – MG – Bra-
sil

2008

www.patrimoniocultural.org

lacicor@eba.ufmg.br

PATROCÍNIO:

Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU/IPHAN

PROJETO:

Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções

Luiz Antônio Cruz Souza, Wivian Diniz, Yacy-Ara Froner e Alessandra Rosado

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Luiz Antônio Cruz Souza, Yacy-Ara Froner e Alessandra Rosado

Revisão:

Ronald Polito

Projeto Gráfico:

Nádia Perini Frizzera

Ficha Catalográfica:

Maria Holanda da Silva Vaz de Mello

F933p Froner, Yacy-Ara, 1966 –
Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios / Yacy-Ara Froner,
Luiz Antônio Cruz Souza. – Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.
22 p. : 30 cm. – (Tópicos em conservação preventiva ; 3)

Projeto: Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções
Programa de Cooperação Técnica: Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional e Universidade Federal de Minas Gerais
ISBN: 978-85-88587-04-5

1. Ciência da Conservação 2. Patrimônio Cultural – Preservação I. Souza,
Luiz Antônio Cruz, 1962 – II. Título III. Título: Conservação preventiva:
avaliação e diagnóstico de coleções IV. Série.

CDD: 702.88

Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios

Tópicos em Conservação Preventiva-3

INTRODUÇÃO

A conservação dos bens culturais pode ser compreendida como o conjunto de esforços para prolongar ao máximo a existência dos objetos a partir de intervenções conscientes e controladas no ambiente externo ao objeto, como também de intervenções diretas no objeto.

Apesar de compreendermos a vida relativa de qualquer material – transitoriedade –, a conservação busca prolongar a vida útil de determinadas obras ou artefatos com o intuito de preservar suas características originais, auxiliando assim nos processos de pesquisa, exposição e documentação, ao levar em consideração alguns fatores primordiais: o caráter insubstituível da obra de arte ou artefato; sua “vulnerabilidade cultural” através dos tempos e sua vulnerabilidade material devido ao uso, manuseio (pesquisa, guarda, exposição ou transporte); reação ao ambiente externo ou pré-disposição congênita.

Manter a condição original do objeto é questão básica nos procedimentos de intervenção de conservação ou restauro, pois nenhum parecer relativo a uma obra, artefato ou objeto é conclusivo. Cada vez mais a ciência lança luz sobre questões não respondidas antes em decorrência de limitações tecnológicas, como também formula questões novas partindo da geração de outros paradigmas, conceitos, estruturas e campos de pensamento. As informações sobre um objeto artístico, artefato, sítio ou patrimônio edificado são constantemente reelaboradas, modificando paradigmas e conceitos, o que não permite teses conclusivas, mas idéias que sempre compõem novos pensamentos por meio de avanços científicos, tecnológicos e conceituais.

Sendo assim, todo profissional que atua no campo da conservação/restauração tem o compromisso de manter o máximo possível a integridade da obra (seja material, estética ou informativa) e eliminar/estacionar os fatores de degradação. Contudo, não podemos perder de vista a percepção de que muitas vezes é impossível reconstituir o

objeto em sua materialidade original, sabendo, porém, que é necessário estabilizar os processos de alteração/degradação da obra/objeto/artefato, por meio de ações que não comprometam as características de seus materiais constitutivos. Ao perceber a imensa dificuldade que é a prática de um respeito rigoroso à integridade do objeto – tanto na sua preservação material quanto em relação ao seu significado –, compreendemos a necessidade de ações conscientes, realizadas por profissionais qualificados, que devem reciclar seus conhecimentos continuamente.

Por sua vez, a responsabilidade pela preservação da memória – resignificada para além de sua condição de resíduo, ruína ou espetáculo, a partir de sua qualidade de testemunho – é algo que perpassa várias esferas sociais: do Estado à instituição pública ou privada; das iniciativas empresariais ao cidadão comum; dos profissionais envolvidos à opinião pública que questiona o campo das ações, das escolhas e dos projetos; dos cientistas aos pesquisadores, museólogos, arquivistas, bibliotecários, arquitetos e técnicos. Em uma instituição, tanto o público quanto os profissionais que pertencem ao quadro de pessoal devem estar continuamente formados e informados em relação aos procedimentos de preservação de seus acervos. Assim, conhecimento é poder! E este poder é um aliado em ações administrativas, gerenciais e organizacionais que visem a melhora das condições das coleções.

O desconhecimento é o maior inimigo de uma instituição que abriga acervos: um diretor, administrador, curador ou pesquisador mal informado pode diluir as verbas da instituição; não investir em preservação ou propor medidas que coloquem os acervos em risco. Pessoal técnico desqualificado ou inexistência de pessoal também significa um risco potencial, uma vez que toda ação que envolva o uso de objetos museológicos/documentais depende de conhecimentos específicos. Nesse sentido, a terceirização de pessoal de limpeza ou segurança nesse tipo de organização pública não é adequada: este pessoal deve ter um treinamento específico para agir em reservas técnicas, ambientes expositivos e laboratórios; a rotatividade de pessoal de empresas particulares dificulta o treinamento ou reciclagem de conhecimentos. Desse modo, recomenda-se que quando um contrato de prestação de serviços de terceiros seja indispensável, haja uma cláusula que defina a manutenção do pessoal contratado por um tempo superior a três anos e que os custos de treinamento de pessoal novato sejam cobertos pela empresa. Estas medidas evitam que pessoas despreparadas atuem em áreas expositivas, reservas ou laboratórios.

Eventualmente, as próprias pessoas que trabalham nesse tipo de instituição não compreendem o valor de seus próprios acervos. Uma medida que pode modificar uma atitude de descaso ou descompromisso é promover um *tour* interno por departamento ou grupo de pessoas: esta atitude, que deve contar com o apoio da direção, faz com que as pessoas das mais variadas funções – dos setores administrativos ao serviço de compras; da limpeza ao serviço geral; do departamento de pessoal aos setores de segurança, transporte e comunicação – sintam-se responsáveis pelo gerenciamento de condições favoráveis à preservação dos acervos. O esvaziamento de sentido ou de justificativa produzem inoperância, burocracia, descuido e desprezo com relação às coleções, edifícios ou sítios, resultando em processos de destruição e degradação.

Quando falamos de uma política de preservação, estamos colocando no centro do problema as decisões tomadas por pessoas e instituições: são estas decisões que determinam quais são os bens materiais culturais que devem ser preservados ou não, a quem interessam estes bens, qual o sentido deles para a cultura ou a história da humanidade. Esta é a diferença básica entre a existência física da cultura material e aquilo que confere valor cultural às coisas que têm existência física. Estas decisões são políticas, mas ao mesmo tempo referentes – e referência – ao universo mental de onde partem, dos preconceitos e dos conceitos de ordem moral, social, filosófica, cultural e até mesmo econômica do meio e do repertório daqueles indivíduos que têm o privilégio de ocupar postos, participar de conferências e, a partir de então, decidir.

Let's be honest! Sob este título, Jonathan Ashley Smith, conservador-chefe do V&A Museu iniciou sua palestra na II Conferência, *Preventive Conservation: Practice, Theory and Research*, em 1994, no Canadá. Seu trabalho consistia numa arguta explanação, para não dizer sarcástica, em que o autor declarava a falsa idéia de controle pleno que os conservadores, museólogos, diretores de museu fingiam ter quando em exposições temporárias. “Esta conferência é sobre pessoas *versus* objetos! As pessoas são mais difíceis de lidar, mas não podemos perder a noção de que de fato nós preservamos objetos sempre em benefício das pessoas”¹, salientava o autor, e este é o cerne da questão proposta nesta tese: quando falamos de conservar, falamos de conservar para quem, por quem e por quê?

Nada é possível sem a consciência do sentido da preservação, sem a educação, sem o debate amplo e sincero (*Let's be honest!*) sobre

¹ This talk is about people rather than objects. People are more difficult to deal with, but we should never lose sight of the fact that we conserve objects for the benefit of people (no original).

nossos limites e possibilidades e, principalmente, sem o envolvimento da sociedade como um todo. A preservação, a exposição, a pesquisa ou o restauro de bens culturais não devem ser feitos apenas para o deleite, o exercício criativo, investigativo ou a afirmação do ego de cientistas e homens cultos. Afinal, é a sociedade civil que paga este trabalho e ela deveria ser a primeira a se beneficiar com a preservação de seus bens. Assim, é fundamental compreender que o sentido da preservação perpassa questões profundas, subordinadas aos conceitos de valor, poder político e econômico. No entanto, a ordem primeira que orienta os debates institucionais é o princípio ético em que estão sedimentadas a origem, as bases e as intenções ou os fins dessas instituições: são os regimentos internos, as cartas de intenções, os códigos éticos que conformam os princípios balizadores que norteiam as ações preservacionistas.

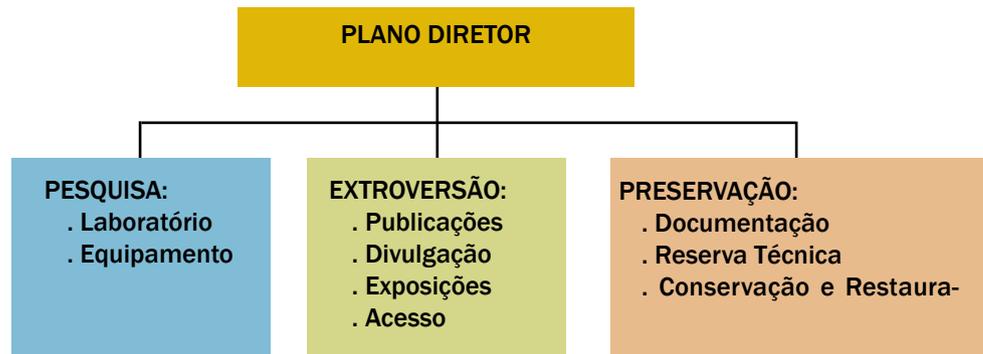
1. SIGNIFICADO

Cada vez mais as instituições – públicas ou privadas – dependem de verbas decorrentes de subsídios externos. Estas verbas apenas são aprovadas mediante a apresentação de projetos, os quais devem expor como pontos primordiais o histórico, a atuação e o significado daquela organização. Toda proposta demanda a construção de uma justificativa: a elaboração de um texto que reconheça de maneira sucinta, sistemática e objetiva o significado de seu acervo. Este material favorece à instituição reconhecer-se como portadora de um papel social, uma vocação, um perfil e um sentido lato de existência.

A elaboração de um discurso que defina a identidade institucional e estabeleça um plano diretor voltado à preservação permite, no processo de elaboração dos projetos, uma maior visibilidade da instituição, bem como a percepção da importância de suas coleções, a coerência e correção de propostas e projetos afins e, principalmente, a capacidade institucional de reconhecer-se a si própria, nos vícios e nas virtudes.

As justificativas técnicas discorrem sobre o enfoque, as metodologias, os objetivos e a exeqüibilidade do projeto e garantem a viabilidade das propostas. De qualquer modo, a construção de um Plano Diretor voltado para a preservação de acervos é indispensável para o planejamento de ações de curto, médio e longo prazo; o estabelecimento de protocolos cotidianos ou eventuais; o cálculo de riscos e a consciência quanto às prioridades na aplicação de recursos. É indispensável que todos os dirigentes de instituições culturais sejam assessorados em relação aos projetos específicos relacionados à pesquisa, extroversão

e preservação; e que estes projetos sejam sempre correlacionados e gerenciados em conjunto.



1.1. avaliação do significado ou valor histórico/ artístico/ arqueológico/ religioso/ científico/ social

Inicialmente, cabe lembrar que todo processo de resgate, estudo, exposição ou conservação de bens móveis ou imóveis depende de custos financeiros e esforços humanos para ser posto efetivamente em prática. Sendo assim, esses procedimentos devem ser seletivos, criteriosos e, acima de tudo, respeitadores dos interesses gerais, colocados antes de interesses particulares ou que visem lucro e projeção pessoal.

Os objetos que devem sofrer procedimentos de intervenção são aqueles que estão sendo estudados ou preparados para exposição, bem como aqueles que necessitem de cuidados urgentes devido a processos de degradações ativos (ataque biológico, desprendimento, rachaduras recentes, quebra...). As coleções que devem ser reorganizadas, acondicionadas e climatizadas em Reservas Técnicas são escolhidas a partir de critérios específicos, uma vez que nem sempre é possível implementar uma ação global. Esses critérios são determinados por meio de um debate interno extensivo a vários campos de competência – cada caso é um caso – que considere: emergência, viabilidade e significado. De uma maneira geral, materiais orgânicos são prioritários em relação aos inorgânicos; coleções-tipo em acervos de História Natural são mais significativas; documentos manuscritos em relação a fontes impressas; sítios de salvamento (em áreas de construções de hidrelétricas, núcleos habitacionais etc.) em relação a sítios de pesquisa; áreas, complexos ou edifícios históricos em relação às construções modernas.

Não é possível fugir da atribuição de valores no momento de priorizar esta ou aquela obra, este ou aquele artefato a ser preservado, esta ou

aquela coleção a ser organizada. Atualmente, a arqueologia tem procurado diminuir os procedimentos exaustivos de escavação, levando-se em conta um grande número de fragmentos e objetos “perdidos” em reservas ou salas, sem nenhum tipo de estudo. Do mesmo modo que coleções etnográficas concentram-se na organização, documentação e preservação de acervos coletados na época das grandes expedições – entre os anos 20 e 60 – e já não se ocupam de coletas exaustivas recentes. No caso de coleções de história natural, vários protocolos ambientais têm alterado as ações de coleta de dados envolvendo a captura, dissecação, empalhamento ou preservação em meio líquido de espécimes animais e vegetais. Bibliotecas e arquivos têm que se adaptar às novas mídias – impressas, eletrônicas e digitais.

Cada vez mais as instituições concentram seus esforços na organização de seus acervos formados ao longo de sua história e os investimentos em coletas ou aquisições dependem de verbas específicas de pesquisa, ou de avaliações em relação à capacidade institucional de receber doações. Coletas ou aquisições indiscriminadas já não devem fazer parte do repertório de instituições sérias. De qualquer modo, as prioridades devem ser determinadas pelo conjunto de especialistas que atuam na instituição, pela premência das ações e pelas condições materiais, financeiras e recursos humanos disponíveis.

1.2. avaliação das implicações dos processos de restauração – intervenção direta

Nenhum objeto pode sofrer uma intervenção mais profunda – imunização, consolidação, limpeza química – se for voltar às condições inadequadas das quais foi retirado. Uma intervenção de restauro deve ser vista como uma intervenção cirúrgica e o objeto, como paciente. Imediatamente após a "cirurgia", o "paciente" está em processo de restabelecimento. Ainda não possui a resistência necessária e todo cuidado é pouco.

Imunizar uma flecha e retorná-la a um armário infestado; remover incrustações de sais de um pote cerâmico e expô-lo ao ambiente marítimo; restaurar um manuscrito oitocentista e armazená-lo em um ambiente úmido; pintar um edifício histórico sem fazer a manutenção do telhado; reintegrar a pintura de uma tela ou escultura e submetê-las à luz direta – qualquer procedimento deste tipo contribui para a degradação desse acervo, além de significar desperdício de recursos financeiro e pessoal.

A maioria dos processos degenerativos costuma desacelerar-se com o tempo – como exemplo, a formação e o afloramento de cristais salinos

em cerâmicas, que diminuem à medida que a capa externa se forma. Qualquer intervenção que vise estacionar a degradação e restituir as características originais do objeto – seja estética ou de resistência –, implica na introdução de novos materiais ou na utilização de métodos mais drásticos, submetendo-o a uma série de variações e mudanças que interferem em seu comportamento físico-estrutural e até mesmo químico. Uma ação de intervenção deve levar em conta esses princípios e verificar se este procedimento é efetivamente a atitude mais eficaz ou se, ao controlar o ambiente externo, o melhor caminho é a não intervenção de restauro. Assim, uma ação interventiva – restauração – determina câmbios profundos na estrutura da matéria, sendo justificada apenas quando o objeto for retornar para um local apropriado, planejado a partir de parâmetros da Conservação Preventiva.

1.3. avaliação das implicações de propostas de gerenciamento dos acervos a partir de critérios de Conservação Preventiva

A Conservação Preventiva abarca procedimentos relacionados à adequação das condições ambientais, físico-químicas, sob as quais uma coleção se encontra. Parte das relações que envolvem o macro ambiente, o ambiente médio e o microambiente do entorno do acervo.

O macro ambiente pode ser compreendido como o “situ”, o local em que se encontra localizada a instituição. Da região ao clima, da paisagem externa ao prédio, das instalações físicas à sala, todas essas relações são pensadas para a avaliação de um projeto. A partir delas, sistemas de controle ambiental mecânicos e não mecânicos podem ser avaliados; reformas e construções planejadas de forma adequada à salvaguarda dos objetos; sistemas de iluminação e controle de poluentes são previstos e programas de controle de praga são implementados. O médio ambiente refere-se à sala ou espaço de guarda ou exposição, e encontra nos parâmetros anteriores uma projeção específica, pontual e em referência ao espaço maior.

O microambiente diz respeito a mobiliário, sistemas de organização, mapotecas, estantes, armários, plataformas e compactadores deslizantes. Avalia a exposição das obras, artefatos e objetos à luz, umidade, poeira e os riscos de impactos físicos e esforços mecânicos. Empilhamento, atrito, compactação ou mau posicionamento dos acervos, além da qualidade dos materiais, estabilidade e adequação do mobiliário são observados nesse ambiente. Também consiste na avaliação dos invólucros diretamente em contato com os elementos das coleções. Acidez ou alcalinidade dos papéis, caixas e envelopes;

qualidade dos materiais plásticos, das colas e das tintas; rigidez ou flexibilidade que implicam no esforço estrutural das obras. Todas essas questões são avaliadas para a escolha das embalagens ou dos materiais de suporte utilizados nas propostas museográficas.

Eventualmente, cada uma destas questões pode ser abordada separadamente ou em conjunto, considerando as prioridades e as chamadas específicas em programas de projetos que atendam a demanda de museus.

2. RESTAURAÇÃO

Todo procedimento de restauração pode ser considerado uma ação de conservação, porém pautada pela intervenção direta no suporte estrutural/material do objeto.

Envolve desde ações de limpeza simples às intervenções de limpeza química; além de alterações profundas no suporte com preenchimentos, reintegração de lacunas, reconstituições e aplicação de vernizes de proteção.

Contudo, nenhum projeto relacionado à preservação tem sentido em um vazio museológico. Se a degradação pode ser compreendida como a mudança do estado material em comparação com seu estado original, esta perda implica a alteração dos atributos de valor, estéticos, científicos, históricos e simbólicos, para além da perda dos atributos materiais.

Os procedimentos de restauração demandam os seguintes passos:

2.1. estudos preliminares

documentação extensiva

É necessário reunir o máximo de informações possíveis antes de intervir em um objeto. Esta documentação deve ser unificada em uma ficha de catalogação, determinada pela instituição e de acesso restrito aos profissionais diretamente ligados à curadoria do acervo – pesquisadores, documentalistas, museólogos e conservadores. Informações abertas ao público devem ocultar os dados que possam gerar problemas como roubo, réplica ou ações que prejudiquem a segurança da peça.

Atualmente, a informática possibilita que cada área específica recorra às informações que lhe convêm e/ou preencham campos que lhe correspondem: arqueólogos especificam a área de resgate, os estudos

efetuados etc.; etnólogos determinam a etnia, o tipo de coleta, usos e demais resultados da pesquisa; historiadores de arte, as análises e os resultados de pesquisas; conservadores, testes, estado de conservação e intervenções; museólogos, as exposições, os suportes museográficos etc.; documentalistas, arquivistas e bibliotecários controlam a entrada e a saída, bem como o fluxo e a localização atualizada de cada artefato, objeto, obra de arte ou documento; arquitetos, engenheiros e restauradores de bens edificados assumem as informações estruturais das construções.

A atualização contínua dos campos e o entrecruzamento dos dados fornecem uma visão mais ampla das características do acervo, do sítio arqueológico ou do edifício histórico e um controle mais restrito de fluxo, manipulação e conservação.

análise histórica e de uso

O conhecimento do significado funcional, ritual, utilitário ou de uso contribui sobremaneira na definição das técnicas de intervenção a serem empregadas.

As peças rituais, algumas vezes impregnadas por óleos, restos alimentícios, sangue, devem ser submetidas a estudos antropológicos, etnológicos ou arqueológicos antes de qualquer procedimento de conservação e restauro. Caso contrário, o emprego indiscriminado de técnicas de limpeza, fixação ou consolidação pode apagar vestígios preciosos à compreensão do significado deste artefato para a sociedade de onde é proveniente. Muitas vezes, a lavagem de sedimentos/fragmentos em campo ocasiona perdas significativas de indícios alimentícios. Os vestígios, de qualquer natureza, devem ser preservados. No entanto, o bom senso deve orientar as decisões relacionadas à conservação da matéria.

O emprego de encadernações, restaurações indevidas e lavagem indiscriminada de acervos em papel destrói suas características originais e pode causar equívocos nas abordagens históricas. Obras de arte contemporânea dependem de protocolos exclusivos e qualquer projeto deve considerar a intencionalidade poética do artista.

análise morfológica e sobre as técnicas construtivas

A análise morfológica consiste na descrição detalhada das características formais do objeto. Dimensão, espessura, tipologia etc. Deve constar na ficha técnica ou ficha documental, podendo ser preenchida pelo pesquisador ou pelo conservador. Geralmente, o pesquisador

tem condições de descrever a morfologia do objeto de maneira mais adequada, utilizando uma nomenclatura padrão, devido ao seu conhecimento específico.

As técnicas construtivas ou de manufatura determinam os problemas que podem afetar objetos cerâmicos de baixa ou alta cocção. A coerência da pasta, sua porosidade, composição e técnica de modelagem refletem-se na resistência e na durabilidade do objeto. As técnicas decorativas, os pigmentos, as resinas, as capas, os gravados etc., também influem no comportamento do suporte.

Cada acervo tem uma linguagem especializada e especificações que lhe são características. Desta forma, instituições que agregam tipologias diversas de acervos têm fichas distintas, conforme o campo de atuação ou o departamento de pesquisa. Porém, a informatização facilita bancos integrados de dados.

avaliação do estado de conservação

A avaliação do estado de conservação depende de uma observação direta e minuciosa do objeto, utilizando ou não testes específicos, a depender de cada caso. Por exemplo, se um objeto apresenta afloramento de sais, testes de solubilidade são necessários para determinar o componente químico resultante desta cristalização.

Nesse momento, a avaliação de intervenções anteriores é importante para compreender determinados processos degenerativos, bem como para determinar sua remoção ou não. Devemos considerar os procedimentos de intervenção como parte da história do objeto. Baseando-se nos resultados observáveis do comportamento das intervenções anteriores – sua compatibilidade com o suporte original, reações, durabilidade, reversibilidade –, é possível orientar uma proposta de tratamento mais adequada às características do objeto.

proposta de tratamento baseada nessas informações prévias

A partir da análise das informações compiladas – coleta, uso, morfologia, análise de suporte, estado de conservação – podemos elaborar uma proposta de tratamento interventivo: a restauração. Esta proposta deve indicar os materiais a serem empregados; os métodos ou técnicas a serem utilizados; as pessoas envolvidas no processo e o tempo previsto para executar o trabalho. A proposta, feita de forma resumida, auxilia na previsão orçamentária da instituição, bem como na organização do laboratório – peças com o mesmo tipo de problema podem ser tratadas de forma conjunta.

2.2. conceitos fundamentais aos procedimentos de intervenção

diagnóstico: conhecimento dos materiais constitutivos; avaliação do grau de degradação; proposta de tratamento que avalie os riscos; informações globais do objeto.

registro das intervenções: tudo o que se faz e tudo o que se observa durante o trabalho deve ser registrado em um dossiê que inclua informações técnicas, fotográficas e análises; objetivo do tratamento e justificativa das operações escolhidas; procedimentos utilizados e recomendações.

mínima intervenção: toda intervenção produz impacto sobre os materiais originais. Desse modo, é fundamental estabelecer a necessidade de cada intervenção e em que medida.

leitura da intervenção: todo tratamento que implica na adição de novos materiais deve tornar possível a identificação dos materiais originais e dos inseridos no tratamento.

reversibilidade da intervenção: garantir a possibilidade de remoção do material introduzido; a reversibilidade a longo prazo dos produtos empregados é um critério para a definição na escolha do método mais indicado; se a reversibilidade do produto empregado não pode ser obtida completamente, é necessário utilizar um método de bloqueio entre a massa original e o novo material; quando a reversibilidade não for factível e o método for indispensável para assegurar a existência da obra, garantir que o material empregado seja o mais estável possível.

compatibilidade dos materiais empregados: os materiais colocados em contato direto com os elementos constitutivos originais devem ser compatíveis com estes em relação às suas características: mecânica, química, e eventualmente ótica. Tanto os materiais utilizados brevemente (solventes, imunizantes, desinfetantes...), como aqueles que serão associados ao objeto (adesivos, consolidantes, suportes, pigmentos...) devem ser adequados às características do original. Os materiais introduzidos devem conviver harmoniosamente com as características e o comportamento do original.

interdisciplinaridade: todo conservador-restaurador deve procurar amparo em disciplinas correlatas, diretamente associadas à sua atividade – Arqueologia, Etnologia, História, Museologia –, ou naquelas em que baseia seu conhecimento sobre as características da matéria – Química, Física, Biologia... O respeito ao conhecimento e aos critérios específicos de cada área fornece os subsídios necessários a uma atuação consciente.

conservação científica: é necessário avaliar rigorosamente as novas aplicações tecnológicas. Se por um lado não devemos generalizar – é muito difícil reproduzir exatamente o mesmo tipo de tratamento em casos similares (cada caso é um caso) –, por outro lado podemos aprender com experiências anteriores, considerando que a eficácia e a confiabilidade de produtos e métodos de tratamento é algo que demanda muito tempo, testes e pesquisas. A compreensão dos sistemas que modificam a estrutura dos objetos é complexa, atualmente ampla, porém ainda incompleta. Cada vez mais, a ciência descobre novas respostas para velhos problemas e novos problemas ainda sem resposta... A elucidação dos mecanismos de alteração, tanto referente aos grandes fatores (ambiente externo), quanto aos detalhes específicos e relevantes de cada combinação e unidade material, possibilita a exploração científica dos materiais. A consciência profunda dos mecanismos e dos materiais condiciona nossa capacidade de compreender a matéria e as razões pelas quais esse ou aquele tratamento é ou não confiável. As informações podem nos ajudar a dirigir determinadas situações.

3. CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: ENFOQUE SISTEMÁTICO

A gestão para conservação é uma experiência que não se restringe somente aos conservadores/restauradores, mas também ao pessoal de segurança, limpeza, de manutenção predial, além de todo o grupo que pertence ao quadro institucional. Por esta razão é que um dos objetivos primordiais de um museu, arquivo ou casa histórica – o cuidado das coleções – torna-se, muitas vezes, fragmentado em sua conceituação, terminologia e implantação. No Tópicos em Conservação Preventiva 5 – Conservação Preventiva: controle ambiental, e no Tópicos em Conservação Preventiva 4 – Reconhecimento de materiais que compõem acervos, estas questões serão discutidas mais profundamente.

Qualquer instituição responsável pelo gerenciamento de coleções reconhece que o custo anual para a manutenção, a pesquisa e a extroversão é sempre alto. Do pagamento de pessoal ao controle ambiental, da infra-estrutura básica aos projetos específicos, tudo demanda um custo elevado que nem sempre é coberto pelo Estado. No caso do Brasil, as leis de incentivo à cultura são recentes e restritas: a captação de recursos é complexa, a divulgação dos editais é precária e o preenchimento dos formulários e o caminho da burocracia, nem sempre fáceis.

Em última instância, o cuidado para com as coleções deve reduzir-se

a um programa de manutenção eficaz do ponto de vista de otimização dos custos, aproveitamento do pessoal interno e obtenção de resultados continuados.

Partindo desses pressupostos, cada equipe responsável pelo gerenciamento de coleções deve produzir um trabalho constante de planejamento, por meio de projetos específicos, visando buscar recursos que viabilizem o trabalho de preservação de seu acervo. Esse planejamento parte das seguintes relações: longo, médio e curto prazo.

As demandas de curto prazo são aquelas imediatas, quer por uma urgência ou situação anômala ocorrida por acidentes não previstos – como uma infestação, uma inundação, um incêndio, a queda de um muro ou de uma janela que gera uma zona vulnerável para invasão –, quer pelo fato de estarem relacionadas à rotina institucional – pagamento de água, luz, telefone, pessoal interno e externo. As demandas de curto prazo devem ser supridas por um Plano Diretor anual, encaminhado aos organismos responsáveis pela liberação dos recursos destinados à manutenção da instituição. Projetos de curto prazo também são aqueles que cuidam da curadoria, da documentação, da conservação e de outras ações consideradas como atividades fins e devem constar no plano anual.

Projetos de médio prazo são aqueles que podem ser operacionalizados por meio de recursos internos e/ou externos. Demandam um diagnóstico e são formatados a partir de ordem de prioridade, possibilidade de implementação e infra-estrutura disponível.

Projetos a longo prazo são obtidos por meio da somatória dos resultados dos projetos de curto e médio prazo. São projetos que, em última instância, significam alterações de comportamento, re-direcionamento de rumos e perfil da instituição. São estes também projetos de custos altos e implementação mais demorada e que, por essa razão, impõem um planejamento mais acurado, detalhado e meticuloso para que os recursos não sejam gastos em vão. Projetos que envolvem construções prediais, implementação de sistemas de ar-condicionado, traslados de coleções inteiras e acondicionamento de acervos ficam nesta categoria, dependendo, porém, do conjunto de esforços empregados.

Dessa forma, as relações entre prioridade, investimento e planejamento consideram questões de fundo, básicas e ao mesmo tempo complexas, dos procedimentos e das escolhas. Eventualmente, um projeto não inviabiliza outro, mas em determinadas situações a salvaguarda de um objeto ocorre em detrimento de outro e, desse modo, o juízo de valor torna-se o protocolo que justifica as ações.

3.1. questões a serem consideradas: os agentes de degradação

Os agentes de degradação que submetem as coleções a impactos diretos de degradação devem ser mapeados para que as medidas de contenção, estacionamento e controle possam ser tomadas.

De acordo com Stefan Michalski (1992), estas causas podem ser classificadas como ordinárias e científicas. As ordinárias são relacionadas às forças físicas diretas e indiretas, traslados e manuseio inadequado, incêndios, água e pragas; as científicas fazem parte de estudos atuais que foram observados pela ciência moderna e partem de parâmetros como contaminação, radiação, temperatura e umidade. Um enfoque sistemático deverá encontrar o equilíbrio entre o ordinário e o científico na tomada de decisões.

força física : impacto, vibração, abrasão. Resulta de processos cumulativos por manipulação ou apoio inadequados; ou de catástrofes, ocasionadas por vandalismo, guerra, desabamento e terremotos.

manuseio inadequado/insegurança: relacionado ao uso, transporte, guarda ou exposição. Causam danos intencionais e criminosos, relativos ao vandalismo ou apropriação indevida (roubo); ou acidentais, a partir de seu manuseio.

incêndios: causados por acidentes, ações intencionais ou falta de segurança, manutenção e desrespeito às recomendações de prevenção por parte da instituição. Guarda de produtos químicos sem controle; sistemas elétricos sem manutenção; hidrantes, mangueiras e extintores em más condições; despreparo para emergências são as principais causas dos acidentes mais graves ocasionados por fogo.

água: inundação e infiltração são ocorrências causadas por acidentes naturais ou decorrentes de problemas de infra-estrutura que envolvem a manutenção predial: telhado; sistemas hidráulicos e encanamentos; paredes, piso, portas e janelas, que geram goteiras e infiltrações.

pragas: microorganismos, larvas, insetos, aves, mamíferos, além das degradações geradas por corpos em decomposição e excrementos. As pragas dependem da fauna circundante, da tipologia do acervo e de uma política de controle ambiental.

contaminação: poeira, fuligem, sais, ácidos, contaminação atmosférica, líquidos voláteis, oxigênio. As condições de contaminação são determinadas pela localização geográfica, pela presença de indústrias, de trânsito intenso em centros urbanos ou da proximidade do mar.

radiação: por incidência de luz natural e artificial, níveis elevados, constantes e/ou cumulativos.

temperatura incorreta: flutuações ou temperaturas extremas relacionadas à tipologia do acervo.

umidade: flutuações e níveis extremos de umidade, também relacionados à tipologia do acervo, interação com poluição, temperatura e alteração das características físico-químicas dos materiais, além de significarem o estabelecimento de condições favoráveis à proliferação e ao ataque biológico.

A compreensão desses fatores de degradação, estudados mais a fundo nos próximos títulos desta série, possibilita a formulação de projetos, programas e planos com enfoque na Conservação Preventiva. Por meio da elaboração de diagnósticos é possível avaliar os índices de riscos e propor um modelo de gestão de controle eficaz à instituição.

A Conservação Preventiva procura prevenir e controlar os agentes expostos acima por meio de ações conscientes, cientificamente estabelecidas e administrativamente elaboradas.

Considerando-se que essas ações são contínuas, a conservação prática das coleções não pretende cessar os processos de degradação – o que de fato seria impossível, dada a vulnerabilidade intrínseca à matéria – mas reduzir ao mínimo, com os recursos disponíveis, os processos degenerativos das coleções.

3.2. conceitos fundamentais aos procedimentos de conservação

diagnóstico: é um meio textual de medir os riscos tendo por base o reconhecimento dos fatores de degradação. Pode ser construído a partir de enfoques determinados – um espaço específico, uma coleção ou um agente específicos – que, ao final, contribua para a consolidação de um projeto global ou um Plano Diretor que procure a salvaguarda plena das coleções.

Há guias práticos que enfocam acervos de História Natural, como o publicado no *Storage of Natural History Collections: Ideas and Practical Solutions* (1995); programas indicados para fontes documentais de arquivos e bibliotecas; guias específicos para acervos de arte moderna e contemporânea e para acervos científicos relacionados à Antropologia e à História, como artefatos arqueológicos, etnográficos e objetos históricos.

Um primeiro passo essencial para o estabelecimento de uma estratégia de gerenciamento ambiental de um museu é o diagnóstico relativo aos vários fatores que podem afetar a preservação e os cuidados exigidos pelas coleções. Esse diagnóstico deveria concentrar-se no meio ambiente do museu em sentido mais amplo, levando em conta os aspectos físicos e organizacionais. O ambiente físico é constituído pelas efetivas condições nas quais as coleções são guardadas, expostas e utilizadas. O ambiente organizacional inclui a missão, funções, recursos e atividades institucionais do museu. Ambos são em grande parte interdependentes e desempenham um papel relevante para a conservação das coleções de um museu (*Diagnóstico de Conservação*, GCI, 1998).

As diretrizes para a elaboração de um diagnóstico de conservação buscam estabelecer uma visão ampliada do meio ambiente e abrangem a análise de questões administrativas, estruturais e técnicas. O objetivo dessa abordagem é o desenvolvimento de um programa apropriado e sustentável, capaz de enfrentar os problemas detectados. A implementação das soluções propostas para a melhoria das condições ambientais das coleções dependerá em grande parte da adoção de boas práticas de administração que levem em consideração as coleções, o edifício, as políticas organizacionais e as atividades do museu. No Roteiro de Avaliação e Diagnóstico em Conservação Preventiva será discutido um roteiro que aponte os parâmetros, programas específicos e as práticas que envolvem o estabelecimento desse programa.

As etapas seqüenciais ao diagnóstico são:

elaboração de proposta: após o reconhecimento dos riscos, a elaboração de propostas de curto, médio e longo prazo; programas com níveis de impacto pré-estabelecidos – pontual/parcial/total –; custos diferenciados; previsão de envolvimento de pessoal interno e colaboração externa, que deve ser estruturada a partir de uma equipe multidisciplinar que esteja habilitada a propor mecanismos apropriados de controle;

viabilização da proposta: viabilizar por meio de recursos internos e externos (incluindo contrapartida) a implementação parcial ou total dos procedimentos;

implementação da proposta: implementar o projeto por meio de um planejamento baseado em cronogramas estruturados a partir da previsão temporal das ações pretendidas;

avaliação das ações: após a implementação das ações, realizar um

relatório final que observe e avalie os resultados efetivamente obtidos e determine os ajustes necessários;

manutenção das ações: criar protocolos que dêem conta da manutenção das sistemáticas de documentação, acondicionamento, montagem de exposição, manuseio, consulta das obras, objetos, artefatos e documentos conforme os parâmetros estabelecidos, além de procedimentos de controle de pragas, manutenção predial, controle ambiental e diagnósticos permanentes para avaliação das condições do acervo.

Nenhum procedimento é final, mas todo procedimento de Conservação Preventiva é crucial, lembrando Thomson: um mau restaurador pode destruir uma obra, um mau conservador pode destruir uma coleção inteira.

CONCLUSÃO

A compreensão dos critérios específicos das áreas de restauração e conservação é indispensável para que uma instituição elabore seu Plano Diretor, crie metas, formule protocolos e projetos integrados que abordem efetivamente a preservação de acervos sob sua tutela. A competência de uma proposta deve ser avaliada pela capacidade institucional de (re)conhecer o seu papel; avaliar suas condições reais; estabelecer diretrizes exeqüíveis; formar e valorizar seu pessoal e construir projetos integrados que, ao longo de sua implementação, potencializem as condições favoráveis da instituição. As estruturas organizacionais devem sempre considerar questões como mérito, especialização e responsabilidade; e demarcar os papéis na hierarquia, porém coordenando as distintas competências em prol da preservação dos acervos sob sua tutela. A preservação, a pesquisa e a extroversão não devem ser vistas como atividades excludentes, mas como campos integrados, multidisciplinares e interdisciplinares, que atuam em benefício mútuo.

REFERÊNCIAS

AAM. *Caring for collections: strategies for conservation, maintenance and documentation*. Washington: American Associations of Museums, 1984.

ASHLEY-SMITH, Jonathan. Consider the benefits, calculate the risks. ICOM-CC/ICEE: Exhibition or destruction. Norway: July, 1995. Disponível em: <http://palimpsest.stanford.edu/byauth/ashley-smith/benefits.html>

BACHMANN, Konstanze (Org.). *Conservation concerns: a guide for collectors and curators*. Washington: Smithsonian Institution, 1992.

BERDUCOU, M.C. (Org.). *La conservation en archéologie*. Paris: Masson: 1990.

BORHEGYI, Stephan. Curatorial neglect of collections. *AAM Newsletter*, Washington, Vol 35, n. 2, p. 194-200, 1965.

BOUCHENAKI, Mounir. International conservation organizations. *GCI Newsletter*, Los Angeles, v. 14, n. 1, p. 25-27, Spring 1999.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRANDI, Cesare. Theory of restoration. In: PRICE, Nicholas Stanley. *Historical and philosophical issues in the conservation cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996. p. 230-5, 330-42, 377-93.

CLAERHOUT, Adriana (Org.). *Ethnographical conservation and the museum curator*. Madrid: ICOM, 1972.

COLLINS, Chris. *Care and conservation of palentological material*. London: Butterworth, 1995.

COREMANS, Paul. *La recherche scientifique et la restauration des tableaux*. Bulletin. Intitut Royal du Patrimoine Artistique, Bruxelles, n. 4, p. 109-115, 1961.

COREMANS, Paul. *Organización de un servicio nacional de preservación de los bienes culturales*. Paris: UNESCO, 1969.

DARLING, Pamela. *Preventive planning program*. Washington: ARL, 1982.

DE SETA, Cesare. Objecto. In: *Artes-tonal/atonal*. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 90-113, 1984. (Enciclopédia Einaudi, v. 3).

DUCKWORTH, Donald. *Preserving natural science collections: chronicle of our environmental heritage*. Washington: NICCP, 1993.

GIANNINI, Cristina. *Lessico del restauro: storia, tecniche, strumenti*. Firenze: Nardine, 1992.

JOHNSON, E.Verner; HORGAN, Johane C. La mise en réserve des collections de musée. Paris: UNESCO, 1980. (Protection du patrimoine culturel. Cahiers techniques : Musées et monuments : 2).

MARIJNISSEN, R.H.. Degradation, conservation and restoration of works of arte: historical overview. In: PRICE, Nicholas Stanley. Historical and philosophical issues in the conservation cultural heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996. p. 275-81.

MATERO, Frank. Ethics and policy in conservation. GCI Newsletter, Los Angeles, v.15, n. 1, p: 5-9, Spring 2000.

MICHALSKI, Stefan. Conservación de las colecciones de museos: enfoque sistemático. Madrid: ICC, 1992.

PHILIPPOT, Paul. Restoration from the perspective of the humanities. In: PRICE, Nicholas Stanley. Historical and philosophical issues in the conservation cultural heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996. p. 216-29.

POMIAN, K. Coleção. In: Memória/História. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 51-85, 1982 (Enciclopédia Einaudi, v.1).

ROBERTS, Andrew. Collections management for museums. Cambridge: MDA, 1990